DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Quadro I – Balanço patrimonial

Quadro II – Demonstração do resultado

Quadro III – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV – Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Instituidores Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - FACPC

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - FACPC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos Diretores, Conselheiros e Instituidores Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - FACPC

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – FACPC em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.

Osvaldo Roberto Nieto

Contador - CRC-1SP126000/O-1

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S

CRC-2SP016754/O-1





QUADRO I — BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

ATIVO	Nota explicativa	2014	2013	PASSIVO	Nota explicativa	2014	2013
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa Depósitos e cauções Outros créditos	4	2.638.994 - 500 2.639.494	2.143.161 23.628 21.226 2.188.015	Repasse à IFRS Foundation Obrigações fiscais Provisões trabalhistas Outras Obrigações	6 7	414.990 27.712 21.280 6.280 470.262	29.105 40.347 19.347 88.799
NÃO CIRCULANTE	5	25 164	20.480	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Patrimônio social	8	240.000	240.000
Imobilizado e Intangível	5	<u>25.164</u> 25.164	<u>29.480</u> 29.480	Resultado acumulado		1.954.396 2.194.396	1.888.697 2.128.697
TOTAL DO ATIVO		2.664.658	2.217.496	TOTAL DO PASSIVO		2.664.658	2.217.496

FUNDAÇÃO DE APOIO AO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - FACPC QUADRO II — DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em reais)

	Exercício findo em 31.12.2014	Exercício findo em 31.12.2013
RECEITAS DAS ATIVIDADES		
Termo de Compromisso (nota 9) Contribuições (nota 10) Patrocínios Financeira Convênio com o BNDES (nota 6) Prestação de serviço (Líquida) Trabalho voluntário (nota 11)	800.000 380.000 278.375 192.149 100.000 96.273 97.209	10.000 269.815 218.011 100.000 102.460 138.426
DESPESAS DAS ATIVIDADES		
Contribuições Institucionais (nota 12) Serviços Profissionais Pessoa Jurídica Gastos Gerais Gastos com Pessoal Trabalho voluntário (nota 11) Encargos Sociais Outras despesas (nota 12 a.)	(765.200) (265.805) (238.413) (196.232) (97.209) (81.801) (233.647)	(779.000) (146.412) (217.086) (340.494) (138.426) (116.174) (242.128) (1.979.719)
RESULTADO	65.699	(1.141.006)

QUADRO III — DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2012	Patrimônio social 240.000	Superávit acumulado 3.029.703	Total 3.269.703
Resultado do período	-	(1.141.006)	(1.141.006)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	240.000	1.888.697	2.128.697
Resultado do período	-	65.699	65.699
Saldo em 31 de dezembro de 2014	240.000	1.954.396	2.194.396

FUNDAÇÃO DE APOIO AO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - FACPC QUADRO IV — DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Em reais)

	Exercício findo em 31.12.2014	Exercício findo em 31.12.2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período	65.699	(1.141.006)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa (+) Depreciação / Amortização	5.615	5.969
Resultado ajustado	71.314	(1.135.037)
Depósitos e cauções Outros créditos (Aumento) dos ativos operacionais	23.628 20.726 44.354	(1.373) (4.424) (5.797)
Obrigações fiscais Provisões trabalhistas Repasse à IFRS Foundation Outras Obrigações Adiantamentos diversos Aumento dos passivos operacionais	(1.393) (19.067) 414.990 (13.067) 	(109.036) 5.948 (660.000) 1.570 (761.518)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	497.132	(1.902.352)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS Aquisição de ativo imobilizado Caixa aplicado em atividades de investimentos	(1.299) (1.299)	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO Aumento do patrimônio social Caixa aplicado em atividades de financiamento	<u>-</u>	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	495.833	(1.902.352)
Saldo Inicial Saldo Final	2.143.161 2.638.994	4.045.513 2.143.161
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	495.833	(1.902.352)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC), constituída em 10 de dezembro de 2010, com Estatuto Social registrado no dia 30 de dezembro de 2010, localizada na Capital do Estado de São Paulo, estabelecida na Rua Maestro Cardim, nº 1.170, 12º andar, bairro Bela Vista, município de São Paulo, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos.

O objetivo da FACPC é assistir, promover, apoiar, incentivar e desenvolver ações científicas, tecnológicas, educacionais, culturais e sociais que visem o desenvolvimento das ciências contábeis, precipuamente por meio do apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As atividades da FACPC iniciaram em 05 de janeiro de 2011, data na qual foi inscrita no CNPJ 13.301.912/0001-45.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – "Entidades sem Finalidades de Lucros", combinada com a NBC TG 1000 (CPC PME) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e em outras normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Por ser entidade sem fins lucrativos e atender aos requisitos da legislação a FACPC não está sujeita a incidência de impostos sobre o Superávit apurado.

Em atendimento à Interpretação Técnica ITG 2002 – "Entidades sem Finalidades de Lucros", vigente para os exercícios encerrados em 2012, a FACPC efetuou levantamento dos trabalhos voluntários e gratuidades recebidos, concluindo que dado o atual contexto operacional esses valores referem-se ao valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos membros da Diretoria e Conselhos de Curadores, de Vogais e Fiscal. O valor apurado foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Diretores e Conselheiros (respectivamente despesa e receita no mesmo montante).

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas e o exercício de julgamento para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. No caso das demonstrações contábeis da FACPC, não existem áreas ou situações de maior complexidade e relevância que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas. Não obstante, incluem estimativas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado (nota 5).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

(a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Ativos financeiros e passivos financeiros

A entidade possui instrumentos financeiros substancialmente relacionados a caixa e equivalentes de caixa. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança necessários às suas atividades. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua administração.

A entidade não efetua operações de caráter especulativo, com instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos considerados de risco, nem transações envolvendo instrumentos financeiros para fins de reduzir seu grau de exposição a riscos de mercado.

Em atendimento ao CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas a entidade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros:

- Caixa e equivalentes de caixa: inclui, substancialmente, aplicações em Certificados de Depósitos Bancários em banco federal, cujo risco é considerado o mesmo que do Governo Federal, remunerado por taxa de juros do mercado interbancário e tem liquidez diária. São avaliadas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável.
- Não houve ativos financeiros avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável de ativos ("impairment") na data do balanço.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa – são avaliados pelo custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez (nota 4).

(d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição ou valor de doação, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

A depreciação é calculada usando o método linear. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, estimada em cinco anos.

(e) Demais passivos circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(f) Apuração do superávit

Adota-se o regime de competência mensal para a contabilização das despesas e das receitas do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa e bancos		
Caixa	3.202	795
	3.202	795

Aplicações financeiras

Banco	Tipo de aplicação	Taxa de juros	2014	2013
Banco do Brasil	CDB	95,00% CDI	1.552.598	1.890.202
Banco do Brasil	Automática		515.172	92.464
Banco do Brasil	Automática		568.022	159.700
			2.635.792	2.142.366
Total de caixa e e	equivalente de ca	nixa	2.638.994	2.143.161

As aplicações em CDB são consideradas como equivalentes de caixa por terem liquidez imediata e os riscos de liquidez e mudança de valor justo serem mínimos.

5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de		Depreciação /	T-1-1
	depreciação %	aquisição	amortização	Total
Móveis e utensílios	10	24.171	(7.733)	16.438
Computadores e				
periféricos	20	12.954	(6.237)	6.717
Direito de uso – software	20	5.694	(3.685)	2.009
		42.819	(17.655)	25.164

6. REPASSE À IFRS FOUNDATION

Em 2014 foi renovado, por mais 4 anos, o convênio de cooperação técnica e financeira entre a FACPC e o BNDES, com a IFRS Foundation como anuente, em que parte dos recursos é destinada à operação da FACPC (R\$ 100 mil) e parte destinada à contribuição com a IFRS Foundation (equivalente a £ 100 mil na data do recebimento, o que foi equivalente a R\$ 415 mil).

Os recursos foram recebidos nos últimos dias de 2014 e a parte concernente à IFRS Foundation, repassada em janeiro de 2015. Foi constituída, portanto, uma provisão para fazer frente a essa obrigação no valor de R\$ 415 mil e tal valor não transitou por conta de resultado. A parcela destinada à FACPC foi reconhecida como receita.

7. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2014	2013
INSS a recolher	13.904	15.902
IRF sobre folha de pagamento	3.300	9.512
IRRF de terceiros	10.508	3.691
	27.712	29.105

O agrupamento outros, refere-se basicamente a encargos sociais, impostos e contribuições a recolher (INSS, FGTS, ISS e COFINS).

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social, o superávit acumulado, assim como pelas doações de bens recebidos, desde a data de sua constituição.

A FACPC, por ser entidade de fins não lucrativos, não distribui lucros, dividendos, vantagens ou parcelas do patrimônio a seus instituidores e administradores, sob qualquer forma.

No caso de dissolução da FACPC, o patrimônio social será destinado a uma ou mais entidades congêneres, segundo aprovado pelas Assembleias que decidirem sobre a matéria.

9. TERMO DE COMPROMISSO

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou uma proposta de celebração de Termo de Compromisso com uma companhia de capital aberto totalizando o montante de R\$ 800 mil. Este valor é destinado para despesas relacionadas à IFRS Foundation, bem como para adoção de medidas ou iniciativas institucionais do interesse comum do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e da CVM.

10. CONTRIBUIÇÕES

Contribuições recebidas de empresas e entidades que possuem interesse na continuidade das atividades da FACPC.

11. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

A FACPC utilizou como parâmetro para determinação dos valores de receita e despesa com trabalho voluntário, constituído pelas reuniões de diretoria executiva e conselhos, a "Pesquisa de Remuneração dos Administradores" elaborada pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governanca Corporativa, publicada anualmente.

12. CONTRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

A contribuição Institucional a que, substancialmente, se refere este item pauta-se na parceria firmada entre o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) e o IASB (International Acounting Standards Board), celebrada por meio do Memorando de Entendimentos, no qual as Partes mantém relação de cooperação mútua visando garantir o processo de convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB e uma maior participação do Brasil no processo de normatização contábil internacional.

O montante da despesa foi inferior ao ano anterior devido a uma taxa de câmbio mais favorável. Apesar disso, o valor em moeda estrangeira foi o mesmo, 200 mil libras esterlinas.

(a) Despesas

As remessas de contribuição estão sujeitas à retenção de Imposto de Renda na fonte, além de incidência de IOF e tarifa bancária (R\$ 135 mil em 2014).

* * *